



AS PRÁTICAS ESCOLARES FRENTE ÀS DESIGUALDADES: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PARA A DIVERSIDADE

DOI: 10.56579/eduinterpe.v1i2.2256

Emillyn Rilla Alves dos Santos¹; Dulce Batista Chaves Buzeli²; Esther Marciano Barbosa³; Graziele Santos Ribeiro⁴; Gersileide Paulino de Aguiar Vilela⁵; Jennifer Fabiana Alves da Silva⁶

¹ Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: emillynrilla17@gmail.com

² Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: dulcebuzeli@hotmail.com

³ Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: esthermarcianob2@gmail.com

⁴ Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: grazielesantosribeiro7@gmail.com

⁵ Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: gepedagoga@gmail.com

⁶ Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: jenniferfabianasilva@gmail.com

RESUMO: Este trabalho objetiva discutir os principais desafios das práticas escolares frente às desigualdades sociais, culturais e econômicas que permeiam a sociedade brasileira. Assim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativa, tendo como fundamento autores como Libâneo (2010), Laval (2019) e Kassir (2012 e 2016), de forma a promover uma reflexão crítica sobre o tema. Evidencia-se que o debate sobre as adversidades que impedem que a educação seja verdadeiramente inclusiva e voltada para a diversidade é imprescindível, considerando as contradições que permeiam esse espaço, principalmente com a perpetuação de políticas neoliberais na educação. Por isso, torna-se fundamental ampliar as reflexões sobre o campo das políticas públicas educacionais e do trabalho docente que é impactado diretamente por elas, de forma a contribuir para uma sociedade que valorize a diversidade ao invés de negá-las, promovendo a justiça social e uma escola que não exclua, mas inclua em todos os sentidos.

Palavras-chave: Educação; Práticas Escolares; Inclusão; Diversidade; Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais, culturais e econômicas representam um desafio persistente no cenário educacional, refletindo-se diretamente nas práticas escolares e no acesso à educação de qualidade. Em um contexto marcado pela diversidade de culturas, identidades, necessidades e realidades, a escola assume um papel central na promoção de uma educação inclusiva, que não apenas reconhece, mas também valoriza e responde às diferenças de forma efetiva.

Nesse sentido, as práticas escolares desempenham um papel essencial na luta pela inclusão e pela valorização da diversidade, contribuindo para a redução das desigualdades e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Para que isso ocorra, é imprescindível que a escola adote estratégias pedagógicas que garantam o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos alunos, respeitando suas singularidades e promovendo um ensino que favoreça a equidade.



A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva exige esforços contínuos para superar desafios estruturais e ideológicos, garantindo práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e combatam as desigualdades. Para isso, é essencial investir na formação docente e na criação de currículos inclusivos, promovendo um ensino equitativo e transformador. Além disso, a implementação de políticas públicas adequadas é fundamental para garantir a participação e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes. Dessa forma, a escola deve consolidar-se como um espaço de resistência e transformação social, comprometido com a justiça e a equidade. A luta por uma educação inclusiva, portanto, não deve ser apenas uma diretriz legal, mas um compromisso social coletivo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

METODOLOGIA

O presente trabalho adota uma abordagem qualitativa, tendo como base os princípios da teoria histórico-crítica, considerando elementos como a totalidade, as contradições presentes na sociedade, e historicidade. Tal metodologia contribui de forma significativa para compreender os diversos aspectos que permeiam o campo da inclusão e os desafios, tanto atuais quanto históricos, que perpassam a educação brasileira. Isso permitiu uma contextualização ampla das adversidades em vista do avanço do sistema neoliberal na educação e a sua influência sobre a prática docente.

Para tanto, realizou-se pesquisas de obras, artigos e livros, visando uma revisão bibliográfica do tema, assim como discussões que contribuíssem para uma reflexão crítica acerca da temática. A partir disso, foram selecionados textos de autores fundamentais como Libâneo (2010), Kassar (2012, 2016) e Hoppe (2019), entre outros, que colaboram para a análise dos desafios que são enfrentados na educação e no próprio espaço escolar em relação às desigualdades e à luta pelo reconhecimento da diversidade, visando a justiça social plena.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao refletir sobre o papel social da escola e da educação, Libâneo (2010) define alguns objetivos para que o processo educativo seja considerado de qualidade. Em primeiro lugar, é preciso que a escola prepare o sujeito para o mundo de trabalho e o processo produtivo contemporâneo, mas na perspectiva gramsciana de escola unitária. Isso significa que é preciso uma educação que esteja centrada na formação geral, mas também na preparação tecnológica, de forma a considerar as complexidades que marcam a sociedade atualmente e que perpassam o exercício profissional.



Enquanto segundo objetivo, a escola deve formar um cidadão crítico, que consiga compreender a sua realidade e transformá-la de forma crítica. Trata-se de uma educação que esteja engajada na luta por uma sociedade justa e democrática, de maneira que o sujeito possa ter condições de refletir sobre o sistema produtivo atual e engajarem na luta por sua modificação. Isso vai ao encontro do terceiro objetivo, que é a preparação para a participação social, fortalecendo a esfera pública não-estatal, em que sejam desenvolvidas competências sociais para a participação nos processos democráticos e nas relações grupais, visando o bem comum.

Como quarto e último objetivo, o autor discute a necessidade de uma formação ética que a escola deve promover, pois parte-se da ideia de que é preciso educar com base em valores e atitudes diante de sociedades complexas e em permanente mudança. A escola torna-se essencial ao contribuir para o desenvolvimento de práticas e ações que tenham como base o diálogo e o consenso, no qual as suas ideias possam ser discutidas a partir do respeito mútuo, em que a imposição e a represália não tenham espaço. Assim, busca-se uma escola que promova caminhos para a democracia, a inclusão e a diversidade, considerando os diferentes agentes que fazem parte desse espaço.

Entretanto, ao analisar o estado da educação brasileira, influenciada pelo modo capitalista de produção e as políticas neoliberais, observa-se que ela ainda está longe de atingir tais objetivos citados. Conforme Conceição e Zamora (2015), a escola, enquanto espaço que deveria ser de convivência acolhedora, que seja livre da violência e que promova a construção do saber, carece dessas características, deixando de considerar a diversidade cultural, as condições sociais existentes de seus alunos e as diferentes perspectivas de mundo. Ao ignorar tais questões, esse espaço passa a reproduzir tais desigualdades, contribuindo para a manutenção do status quo e a naturalização dessa condição.

Isso faz com que a escola se transforme em um instrumento de adaptação para o sistema capitalista e neoliberal, em que as ideias da classe dominante se consolidam enquanto verdades absolutas, influenciando diretamente no currículo, na formação de professores e no trabalho docente. Isso vai ao encontro o que é disposto por Marx e Engels (2007, p. 47), ao afirmarem que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”. Portanto, é interesse das classes mais abastadas um controle, além de econômico, epistemológico e intelectual sob as classes dominadas, perpetuando, assim, seus interesses e suas narrativas.

Contudo, é preciso considerar que, ao utilizar de discursos de “respeito às diferenças” e de aceitar os “alunos como são”, como frisa Laval (2019), é possível cair em armadilhas deixadas pelo



próprio sistema neoliberal, visto que isso se transforma em “predeterminação às diferenças”. Isso significa que há uma tentativa de, ao mesmo tempo, normalizar as desigualdades sociais e econômicas e tentar enquadrar os alunos em categorias que apagam a sua cultura, sua história e tradições. Trata-se da transformação de uma defesa da diversidade em um instrumento que, paradoxalmente, reforça a exclusão no âmbito escolar e contribui para a perpetuação de tal condição.

Kassar (2016), corroborando para essa discussão, compreende que é fato que a diversidade está na escola, embora isso não signifique que ela será considerada. Mesmo com avanços nas legislações, projetos e programas que visam discutir a importância da diversidade, ainda há muitas restrições e limites que impedem que isso aconteça. Destaca-se, assim, uma busca incessante pela normalização dos estudantes, encoberta por um slogan da defesa da diversidade. Diversidade essa que só é válida quando se ajusta aos padrões que são estabelecidos pela classe social dominante.

Importante ressaltar que o debate sobre diversidade e desigualdade não é atual, mas permeia toda a formação brasileira. Kassar (2012) destaca que o Brasil foi constituído por uma grande diversidade em sua população, mas de maneira extremamente desigual, iniciado já no período colonial. Isso fez com que problemas sérios surgissem e se enraizassem ao longo do tempo, impactando a vida de crianças, adolescentes e jovens, situação que se permanece atualmente. Assim, fala-se de uma diversidade que é social, econômica, cultural e, principalmente, histórica.

É preciso refletir que muitas escolas, cumprindo as determinações legais, asseguram a matrícula de todos os alunos. Entretanto, o acesso não é algo suficiente para a promoção da inclusão. São empecilhos e desafios que perpassam a falta de recursos, estrutura e até de uma formação de professores que discuta a inclusão e a diversidade. Sem meios para que os estudantes permaneçam na escola, possam se desenvolver integralmente, tendo acesso à uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade, não é possível falar de inclusão ou do reconhecimento à diversidade.

Diante disso, é preciso pensar em caminhos para que tal situação seja contornada, buscando uma educação que seja inclusiva e voltada, verdadeiramente, para a diversidade. Conforme Hoppe (2019), não se trata apenas de discutir políticas públicas para que todos possam ter acesso e condições de permanência na escola, de forma que os seus direitos possam ser reconhecidos. São transformações profundas que adentram no campo econômico, cultural, social e político, mesmo que se trate da educação escolar, pois ela não está alheia às modificações e os processos que se dão na realidade concreta, mas é impactada diretamente por elas.

Nesse sentido, para uma educação inclusiva e que valorize as diversidades, reconhecendo-as enquanto fundamentais para a sociedade, é preciso do enfrentamento e da superação de modelos



hegemônicos que se encontram enraizados na sociedade brasileira e vêm se fortalecendo a partir do movimento capitalista e neoliberal que adentra cada vez mais no campo da educação. Por isso, como dispõe Aranha (2004), é preciso repensar nas ações, programas que se encontram estabelecidos nas escolas, ampliando a perspectiva sobre a formação de professores, o currículo, o financiamento, novas políticas públicas, entre outros elementos que são essenciais nessa luta pela justiça social.

Considera-se que esse cenário só poderá ser transformado de maneira coletiva, visto que um único sujeito não consegue modificar todo o processo educacional (Aranha, 2004). Por isso, torna-se necessário não apenas o reconhecer a diversidade, mas avançar para que seja, de fato, incorporada ao trabalho docente e às práticas pedagógicas, permitindo que a escola reconheça o seu papel social enquanto espaço coletivo e de manifestação do que torna o ser humano único. Somente por meio de uma transformação estrutural que será possível romper com um modelo que perpetua as desigualdades, visando uma educação que seja, de fato, libertadora e emancipadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi citado, esse estudo argumentou sobre a Educação Inclusiva e a Diversidade nas escolas contemporâneas, demonstrando a relação entre a teoria e a prática, tendo como embasamento teórico os autores/as apontados/as no texto, os quais ressaltam a importância de se ter clareza sobre o papel da escola no processo de formação humana, intelectual e social dos/as educandos/as. O texto aborda também sobre os desafios e dificuldades enfrentados pelas escolas e pelos/as professores/as e profissionais da Educação, que em grande parte não estão realmente preparados para trabalhar com alunos/as em sua diversidade, ou seja, pessoas com deficiência, grupos sociais e étnicos, entre outros. Em muitos casos, este desafio pode ocorrer por falta de formação, outros por falta de profissionais suficientes para atender toda a demanda, o que leva a um acúmulo de carga horária excessiva.

O presente estudo ainda evidenciou que, apesar dos recorrentes discursos sobre a diversidade, a própria legislação traz limitações sobre o processo da inclusão escolar em suas diversas vertentes. O ato de incluir não se refere somente às pessoas com deficiências, embora muitas vezes seja associado a elas. A diversidade não algo valorizado em sua amplitude, resultando na não garantia devida de seus direitos. Além disso, é crucial refletir sobre a influência do neoliberalismo e do capitalismo na educação, os quais promovem a busca por uma padronização, resultando em um processo excludente e desigual. Nesse sentido, é necessário que haja políticas públicas destinadas à formação de professores, à adaptação do currículo e a práticas pedagógicas que considerem, não



apenas a inclusão da diversidade no ambiente educacional, mas, principalmente, na defesa de uma educação emancipadora e libertadora.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. Educação Inclusiva: Transformação Social ou Retórica. *In*: Sadao Omote (org.). **Inclusão: intenção e realidade**. Marília, SP: FUNDEPE, 2004. p. 3760-3782.

CONCEIÇÃO, Viviane Lima da; ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Desigualdade social na escola. **Estudos de Psicologia**, Campinas, n. 32, v. 4, p. 705-714, out./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000400013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/kPwXrLYC5ThZdZmnBfTVLrv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 fev. 2025.

HOPPE, Bárbara Chiodini Axt. **Educomunicação como tecnologia assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino superior**. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSM_24e41e96556f46a78347b4d1bd47b30d. Acesso em: 01 fev. 2025.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. Educação especial no Brasil: Desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 833-849, jul./set. 2012. DOI: [10.1590/S0101-73302012000300010](https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300010). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9GqQTbYV8QjfVWpqjdyFHDP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 fev. 2025.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. Escola como espaço para a diversidade e o desenvolvimento humano. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1223-1240, out./dez., 2016. DOI: [10.1590/ES0101-73302016157049](https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157049). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3pZfQcXscKP5rN6T94Pjfrj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2025.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para que?** São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.